

I PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Créditos

Governador de Estado

RICARDO VIEIRA COUTINHO

Vice – Governador de Estado

ANA LÍGIA COSTA FELICIANO

Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

GILBERTA SANTOS SOARES

Secretária Executiva da Mulher e da Diversidade Humana

GILMA VASCONCELOS DA SILVA GERMANO

Chefe de Gabinete

VERÔNICA ISMAEL

Gerente Executiva de Equidade de Gênero

ELINAIDE ALVES DE CARVALHO

Gerente Operacional de Políticas Intersetoriais

LEANDRA CARDOSO DO ESPIRITO SANTO

Gerencia Operacional de Enfrentamento à Pobreza

**MARIA AUXILIADORA DA SILVA, LUCIANA MICHELLY NASCIMENTO DE LIMA E
ÂNGELA MARIA LACERDA FORMIGA**

Gerencia Operacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher

JOYCE CONCEIÇÃO BORGES e SAMARA MONTEIRO

Comissão de Revisão das Propostas da Sociedade Civil

GISELE ROCHA CORTES – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre Mulher e Relação Gênero e Sexo - UFPB

MARIA DE LOURDES MEIRA CABRAL – União Brasileira das Mulheres - UMB

MARIA LUCIA LIRA DE SOUSA – Cunhã Coletivo Feminista

ODETERICARDO DA SILVA – Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero - CEDHOR

ROCIANE TRAJANO DA FONSECA – Coletivo Feminista de Areia

Comissão de Revisão das Propostas do Poder Público

DURVALINA RODRIGUES LIMA - Diretora da Divisão de Psicologia da Assembleia Legislativa - DIPSIAL/PB

ELINAIDE ALVES DE CARVALHO – SEMDH – Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

GILBERTA SANTOS SOARES – SEMDH – Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

LEANDRA CARDOSO DO ESPIRITO SANTO – SEMDH – Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

MARIA ROZÂNGELA DA SILVA – PROCASE -O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú.

MARINÉZIA GOMES TONÉ- FUNESC - Fundação Espaço Cultural da Paraíba

Comissão de Elaboração Textual

DURVALINA RODRIGUES LIMA

GISELE ROCHA CORTES

JOSIETE DA SILVA MENDES

LEANDRA CARDOSO DO ESPIRITO SANTO

MARIA DE LOURDES MEIRA CABRAL

MARIA ROZÂNGELA DA SILVA

MARIA SUÊLDES ALVES DE ARAÚJO

ODETE RICARDO DA SILVA

Revisão Final

LEANDRA CARDOSO DO ESPIRITO SANTO

CEDM-PB – Conselho Estadual de Direitos das Mulheres da Paraíba

SUMÁRIO

Apresentação	4
Lista de Siglas	7
Eixo I - Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica	8
Eixo II – Educação para a Igualdade e Cidadania	11
Eixos III – Saúde integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	14
Eixo IV - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	22
Eixo V - Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e Decisão	25
Eixo VI - Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social	27
Eixo VII - Direito a terra com igualdade para as mulheres do Campo e Trabalhadoras Rurais	29
Eixo VIII - Cultura, esporte, comunicação e mídia	31
Eixo IX - Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia	35
Eixo X - Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência	39

APRESENTAÇÃO

É com satisfação e alegria que apresentamos o I Plano de Políticas para Mulheres do Estado da Paraíba elaborado pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

Esse é um fato histórico que considera a luta dos movimentos de mulheres e feministas na Paraíba e a sua trajetória de reivindicações e conquistas. São pelo menos três gerações de mulheres que atuaram e atuam de forma organizada para o enfrentamento ao machismo e para ampliar os direitos das mulheres. Nesta dinâmica, destacam-se as reivindicações para que o poder público assumisse o compromisso com as políticas públicas para as mulheres.

Importante resgatar a memória de mulheres negras, indígenas, quilombolas, parteiras, rezadeiras, trabalhadoras rurais e urbanas, lésbicas, intelectuais e tantas outras que abriram caminhos com as suas experiências.

Assim, apresentar a sociedade paraibana o I Plano de Políticas para Mulheres representa a responsabilidade do poder público, no âmbito estadual, com a promoção da equidade de gênero e a elevação da cidadania das mulheres. Este foi um compromisso assumido pelo governador Ricardo Coutinho que vem sendo fortalecido por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e outros órgãos de governo.

O Plano estabelece ações intersetoriais para mulheres na perspectiva da gestão cumprir o seu dever de promoção de equidade e igualdade no contexto da universalidade da política pública. Constitui-se como um instrumento de gestão do Governo do Estado da Paraíba para implementação de políticas públicas específicas para as mulheres, com ações prioritárias a serem desenvolvidas de forma integrada e transversal pelos diversos órgãos e secretarias de governo.

Para elaborar o I Plano Estadual de Políticas para Mulheres da Paraíba foi criado um grupo de trabalho com técnicas da SEMDH, representantes de movimentos de mulheres e feministas, universidade e conselheiras do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres.

O grupo trabalhou com as recomendações da III Conferência Estadual de Políticas para Mulheres realizada em outubro de 2011, resultante de 91 conferências municipais e regionais que aconteceram no Estado e mobilizaram mulheres de diferentes regiões da Paraíba, sob as diretrizes da III Conferência

Nacional de Políticas para Mulheres. As propostas dialogadas com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e com as reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas.

O Plano é um instrumento para a interlocução entre o Governo do Estado, os governos municipais, o legislativo, o judiciário e os movimentos de mulheres na perspectiva de consolidar a política pública na Paraíba e fortalecer a cidadania das mulheres em sua diversidade, mulheres negras, brancas, indígenas, ciganas, comunidades tradicionais, com deficiência, com diferentes idades, lésbicas, bissexuais, heterossexuais e transexuais.

Ao longo do período de 2012 a 2015, muitas ações foram desenvolvidas pela gestão estadual de forma intersetorial e transversal, sob a coordenação da SEMDH, seguindo as diretrizes e recomendações da III CEPM. Agora, é o momento de avaliação do que foi realizado a luz do I PEPM para o planejamento e o monitoramento das ações para o período 2016-2018.

O Plano está estruturado em dez capítulos com objetivos gerais e específicos, ações e responsabilidades. A implementação do I PEPM deverá ser monitorada pelo CEDM e pelos movimentos de mulheres e feministas organizados no estado em cumprimento aos princípios da democracia participativa e ao exercício do controle social.

Desejamos este plano seja subsídio para pessoas e instituições comprometidas com a construção da política pública para a equidade de gênero e com a garantia dos direitos das mulheres na Paraíba.

Gilberta Santos Soares

Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

LISTA DE SIGLAS

AL – Assembleia Legislativa
CEDM – Conselho Estadual de Direitos das Mulheres
CEFOR - Centro Formador de Recursos Humanos
CEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
CEPMMI - Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materno Infantil
CES – Centro de Educação e Saúde
CEHAP -Companhia Estadual de Habitação Popular
CINEP – Companhia de Desenvolvimento da Paraíba
CODATA - Companhia de Processamento de Dados da Paraíba
COSEMS -Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba
CTSPN – Conselho Técnico de Saúde da População Negra
FAC - Fundação de Ação Comunitária
FUNAD – Fundação Nacional de Apoio ao Deficiente
GEMOL –Gerência de Medicina e Odontologia Legal
IEFES – Instituto de Educação Federal do Ensino Superior
IML – Instituto de Medicina Legal
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OAB – Organização dos Advogados do Brasil
PBTUR –Empresa Paraibana de Turismo
PGE – Procuradoria Geral do Estado da Paraíba
MP – Ministério Público
REAMCAV – Rede de Atendimento às Mulheres, Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
SCO - Sociedade Civil Organizada
SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação
SEDS – Secretaria de Estado e Defesa Social
SEJEL – Secretaria de Estado as Juventude, Esporte e Lazer
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento
SEFIN - Secretaria de Estado de Finanças
SEMDH – Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SEMACT – Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
SEAD - Secretaria de Estado da Administração
SEDH - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
SES – Secretaria Estadual de Saúde
SECULT – Secretaria Estadual da Cultura
SEE – Secretaria de Estado de Educação
SPM- Secretaria de Políticas para as Mulheres
SETDE - Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão
UEPB – Universidade Estadual de Paraíba

Eixo I - Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica

Pensar a igualdade no mundo do trabalho, assim como a autonomia econômica das mulheres, tem sido um dos maiores desafios do início do século XXI, pois percebe-se, com base em pesquisas, que não basta apenas inserir a mulher no mercado de trabalho, ou garantir sua autonomia econômica e financeira, é fundamental refletir a gestão de tempo destas mulheres, assim como o acúmulo de funções exercidas cotidianamente pelas mulheres brasileiras e paraibanas.

As mulheres já representam mais de 51% da população brasileira, sendo quase 40% das chefes de família, dominando mais tempo de escolaridade que os homens, mas ganhando quase 30% menos do que eles no mercado de trabalho. E, ainda, 65,6% das trabalhadoras recebem até dois salários mínimos, enquanto apenas 27,9% dos homens estão nessa faixa. Os índices comprovam o quanto o mundo do trabalho é desigual quando o caso são as mulheres. As mulheres ainda enfrentam maiores taxas de desemprego que os homens, enquanto para eles o desemprego era de 4,7% em 2011, para elas era de 7,5% (dados da Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE, 2011).

Além das desigualdades de gênero vividas pelas mulheres na vida pública, ela ainda é responsável pelo cuidado e pelos afazeres domésticos, assim como da educação das/os filhas/os e cuidado com idosas/os e parentes com deficiência, a mulher gasta 22,3 horas semanais com estes enquanto o homem só 10,2 horas de acordo com a pesquisa *Estatísticas de Gênero 2014*, do IBGE, visto que, dentro das famílias, os homens não assumiram essas tarefas de forma igualitária.

O Brasil está na posição 124, entre 142 países, no ranking de igualdade de salários por gênero. Entre os 22 países das Américas neste ranking, aparece em 21º lugar, à frente apenas do Chile e atrás de países como Honduras, Panamá e Bolívia. Segundo o relatório *Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformas as economias para realizar os direitos*, publicado pela ONU em 2015. De acordo com a pesquisa *Estatísticas de Gênero 2014*, do IBGE, a renda média das brasileiras corresponde a cerca de 68% da renda média dos homens. A diferença entre a remuneração de homens e mulheres diminuiu de 38% em 1995 para 29% em 2007 segundo o mesmo relatório.

A realidade paraibana não difere do que está posto nacionalmente. Ainda é preciso enfrentar o machismo e o patriarcado, para inserir as mulheres no mundo trabalho promovendo sua autonomia financeira e econômica, para tanto se faz necessário políticas públicas específicas dentro do governo federal, estadual e municipal, políticas estabelecidas que reforcem a importância de se desenvolver ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, levando em consideração a gestão de tempo e as especificidades femininas, especialmente em profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos, promovendo a autonomia de fato.

Políticas Públicas eficientes que enfrentem as desigualdades de gênero e garanta as mulheres uma vida mais igualitária. Para tanto se faz necessário uma transformação na cultura machista, patriarcal, racista e sexista que relega as mulheres os índices mais negativos nas estatísticas, assim como a introdução dos homens no mundo doméstico, a fim de fomentar a participação da mulher no mundo do trabalho sem a dupla ou tripla jornada.

Objetivo Geral

- Promover a participação das mulheres no mundo do trabalho, estimulando sua autonomia financeira e econômica;

Objetivos Específicos

- Garantir capacitação e promoção de iniciativas femininas que estimulem a autonomia e empreendimento das mulheres;

- Efetivar as legislações trabalhistas, garantindo os direitos das mulheres paraibanas, incentivando a inserção das mesmas ao mercado de trabalho formal.

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
Apoiar as mulheres no desenvolvimento de iniciativas coletivas da produção, beneficiamento e comercialização no marco da economia solidária e feminista;	SEMDH CEDM	SEDAP SETDE
Estruturar um Fundo Especial de Apoio às mulheres, para iniciativas produtivas e de comercialização, com gestão participativa e deliberativa compostas por mulheres, envolvendo representação governamental e da sociedade civil;	SEMDH CEDM	SETDE SEPLAN SEFIN AL SCO
Criar e garantir espaços permanentes de comercialização em locais estratégicos, destinados a exposições culturais, comercialização, feiras e venda de artigos, contemplando a diversidade da produção de mulheres produtoras e empreendedoras da PB;	SEMDH SETDE CEDM	SCO PBTUR
Garantir infraestrutura para a venda dos produtos artesanais de mulheres artesãs, integrado com a política do desenvolvimento turístico dos municípios;	SETDE	PBTUR SEMDH CEDM MUNICIPIOS
Incentivar e apoiar através de custeios e assessorias a criação de cooperativas de mulheres que desenvolvam trabalhos com materiais recicláveis e reutilizáveis;	SEMDH CEDM	SEDAP SEMACT
Incentivar a criação de organismos de políticas públicas para mulheres nos municípios com autonomia administrativa e financeira;	SEMDH CEDM	PREFEITURAS SPM
Ampliar o quadro de profissionais nos espaços de atendimento e atenção às mulheres, nas secretarias, gerências, programas e nos serviços destinados às mulheres;	SEMDH CEDM	CASA CIVIL SEAD
Capacitar profissionais das diversas áreas psicossociais, para trabalhar de forma itinerante, na promoção da autoestima, do lazer das mulheres que vivem no campo;	SEDH SES	SECULT SEMDH SEE CEPIR CEDM
Desenvolver ações continuadas de educação, alfabetização e promoção de qualificação profissional para mulheres em situação de reclusão, com foco em ações que visem à autonomia política e econômica das mulheres;	SEAP	SEMDH SEE SEDH CEDM
Realizar campanhas de sensibilização em espaços públicos e privados para viabilizar a acessibilidade das pessoas com deficiência, segundo o Decreto Federal 3.298/99;	SEDH	FUNAD SECOM SEMDH CEDM
Ampliar o Programa Jovem Aprendiz de acordo com a Lei 10.097/00, garantindo o acesso e a participação igualitária de jovens mulheres ao programa;	SEDH	SEMDH CEDM SEJEL

Fortalecer atividades de produção, comercialização, exposições culturais, feira de artesanatos, debates, divulgação de serviços, dentre outros, para colaborar com a autonomia financeira das mulheres, incluindo as datas alusivas as mulheres;	SEMDH CEDM	SEDAP SECULT CINEP SETDE
Instalar Indústrias de Beneficiamento do Leite, polpa de frutas, entre outros produtos afins, favorecendo a matéria prima local para geração de emprego e renda;	SEDH SEDAP	FAC SEMDH CEDM
Garantir formação permanente para as mulheres artesãs na perspectiva de valorização da cultura e identidade local, com responsabilidade ambiental;	SETDE	SEDH SEMDH CEDM CENDAC
Promover a oferta de equipamentos sociais (creches, lavandarias comunitárias, restaurantes e ou cozinhas populares, entre outros), com funcionamento integral, horários alternativos, assim como nos fins de semana e feriados, que possam contribuir para o maior tempo livre e disponível das mulheres;	SEDH	SEMDH CEDM MUNICIPIOS
Propor, criar e fortalecer programas de qualificação profissional que contemplem todos os municípios, considerando as instituições que já desenvolvem atividades de autonomia econômica para mulher, levando em consideração o recorte geracional, com especial atenção, mulheres em situação de violência, pobreza e com deficiência, com garantia do acompanhamento psicossocial, elevação da escolaridade e conhecimento tecnológico;	SEDH	SEMDH CEDM CEPIR SEE SEMACT MUNICIPIOS
Implantar políticas destinadas às ações educativas, qualificação profissional e formação social, das mulheres trabalhadoras domésticas;	SEDH	SEMDH CEDM SEE
Garantir inserção das mulheres no processo de construção das habitações populares;	SEDH CEHAP	SEMDH CEDM
Garantir o cumprimento das Leis 8.861/94 e 11.770/08 no que se refere à de licença maternidade para mulheres em regime de contrato temporário e em cargos comissionados;	SEAD	PBPREV SEMDH CEDM

Eixo II – Educação para a Igualdade e Cidadania

A educação é considerada um dos maiores espaços de socialização da sociedade ocidental depois da família, exercendo um papel não só de formadora de opiniões, mas constituindo a cidadania com sua integralidade. Para diversas organizações que participaram da Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990 na Tailândia, a alfabetização é um fator fundamental para a plena realização do ser humano, e esta somente é alcançada com a existência de políticas que promovam, garantam e qualifiquem a educação, para que esta alfabetização seja plena e possibilite a formação de cidadãos e cidadãs integrais.

A importância da educação para consolidação do exercício de direitos e para construção da autonomia individual e coletiva, bem como para o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno, é reconhecida mundialmente. É um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais.

No Brasil, desde 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres trata a educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens. A escola acaba reproduzindo as desigualdades, seja nos currículos, nos livros didáticos, nas práticas das salas de aula ou nos procedimentos de avaliação. A linguagem sexista dos textos e práticas cotidianas, a invisibilidade das mulheres na ciência e na história responde à ideologia patriarcal e ao androcentrismo do conhecimento. Uma educação de qualidade requer a transversalidade das ações efetivas com recorte para a igualdade de gênero, raça, etnia, liberdade de orientação sexual, no planejamento das políticas públicas.

Na Paraíba segundo o Censo 2010 existem 938.179 pessoas em idade escolar, mais ainda permanece um índice 19,7% na taxa de analfabetismo, mesmo com o maior incentivo e elaboração de estratégias para garantir uma educação de qualidade para todas/os.

Muitas ações e programas estaduais de educação são executados hoje, como: Programa Ensino Médio Inovador; Pronatec; PBVest; Plano Estadual de Enfrentamento à Violência nas Escolas; Projeto Se Sabe de Repente: projeto de apoio à expressão juvenil, entre outros. Mas ainda temos muito que avançar, no tocante educação para equidade de gênero, principalmente no que se refere à garantia a permanência das mulheres em horários diferenciados, qualificação das mulheres, possibilitando uma educação igualitária e sem discriminação no ambiente escolar.

Estas foram às premissas principais que nortearam a construção destas políticas no âmbito de educação igualitária, sem discriminação que constituem a cidadania do 1º PEPM.

Objetivo Geral

- Contribuir no enfrentamento das desigualdades de gêneros, favorecendo a inclusão da diversidade social e cultural na construção de políticas educacionais igualitárias.

Objetivos Específicos

- Implantar de forma continuada, uma política de formação para as/os profissionais de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino, conteúdos, recursos didáticos e pedagógicos incluindo a temática da equidade de gênero e da diversidade social e cultural;
- Garantir a inserção de uma política educacional igualitária e inclusiva com vista na formação das/os cidadã/ão integral;

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
Sensibilizar e capacitar professoras/es, gestoras/es, especialistas, família e toda comunidade escolar para a construção de uma política educacional, mais igualitária e justa, com vistas a equidade de gênero e o respeito as diferenças;	SEE	SEMDH CEDM CEPIR
Garantir o acesso e a permanência das mulheres nos processos educacionais com recorte de raça/etnia, geração, diversidade sexual e mulheres com deficiência;	SEE	SEMDH CEDM CEPIR
Efetivar a implantação dos temas transversais no Programa de Alfabetização, Educação dos Jovens e Adultos e na formação das/os professoras/es com o foco nos direitos das mulheres, equidade de gênero, equidade étnico racial, geracionais, diversidade sexual, pessoa com deficiência respeitando a laicidade do Estado;	SEE	SEMDH CEDM CEPIR
Realizar campanhas para o ingresso das mulheres adultas em situação de vulnerabilidade social, na educação formal, com garantia de permanência;	SEE	SEMDH SECOM CEDM
Garantir nas instituições de ensino, a formação continuada em Braille e Libras, linguagem indígena e cigana para profissionais da educação básica ao superior;	SEE	SEMDH UEPB CEDM CEPIR
Fortalecer a parceria com as Universidades e Institutos públicos para o desenvolvimento de pesquisas, processo de formação continuada de educadoras/es e alunas/os nas perspectivas de equidade de gênero, equidade étnico racial, geracional, orientação sexual, identidade de gênero e pessoas com deficiência;	SEMDH CEDM	SEE CEPIR UNIVERSIDADES
Incluir os temas da violência contra as mulheres, equidade de gênero, equidade étnico racial e orientação sexual na grade oficial de educação permanente das/os profissionais de educação;	SEE	SEMDH CEDM
Implantar uma política estadual de enfrentamento ao analfabetismo entre as mulheres da cidade, do campo, indígenas, quilombolas e ciganas;	SEE	SEMDH CEDM SECULT CEPIR
Propor, implementar e incentivar projetos sobre a temática de equidade de gênero, equidade étnico raciais, diversidade sexual e temas correlatos na educação formal, não-formal e na mídia institucional;	SEE	SECOM SEMDH CEDM CEPIR
Ampliar e garantir nas escolas, espaços de apoio e brinquedotecas as/os filhas/filhos de alunas/os do ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos;	SEE	SEDH SEMDH CEDM
Estimular a criação da política de creches nas universidades públicas em todos os campi, priorizando a demanda;	SEE	SEMDH CEDM SEDH
Incentivar a implementação nos currículos escolares das Leis 10.639/03 e 11.645/08, observando o princípio da laicidade	SEE	SEMDH CEDM

do Estado;		CEPIR
Fortalecer a política educacional de enfrentamento ao analfabetismo através da disponibilização de horários que possam atender o acesso das mulheres do campo, da cidade, quilombolas, indígenas e ciganas;	SEE	SEMDH CEDM CEPIR
Visibilizar, estimular, fomentar e ampliar a produção cultural das mulheres e sobre as mulheres, com atenção especial à diversidade cultural e humana;	SECULT	SEE SEMDH CEDM SEJEL CEPIR
Disponibilizar salas de EJA específicas para mulheres em turnos alternativos que atendam suas necessidades com metodologia diferenciada;	SEE	SEMDH CEDM
Construir nas aldeias indígenas, ranchos, comunidades quilombolas e tradicionais salas de aula de Ensino Médio;	SEE	SEMDH CEDM CEPIR
Incentivar a ampliação e a construção de creches na cidade, no campo, nas comunidades quilombolas, indígenas e ciganas, para promover o acesso e a permanência de meninas e mulheres à educação, priorizando grupos que vivem em situação de vulnerabilidades.	SEE	SEMDH CEDM SEDH CEPIR
Atualizar, acompanhar e avaliar os Planos de Educação, as Propostas Curriculares e os PPPs das escolas, observando as normativas legais do Governo Federal, através das orientações do MEC/SECADI para educação e cultura inclusiva não-sexista, não-machista, não-racista, não-lesbofóbica, não-homofóbica e não-transfóbica;	SEE	SEMDH CEDM CEPIR CONSELHOS DE EDUCAÇÃO UNIVER-SIDADES
Estimular a utilização de uma linguagem de equidade de gênero, no discurso, nos materiais didáticos e nos documentos de todos os órgãos e instâncias da gestão pública estadual;	SEMDH CEDM	SEE SECOM
Incentivar campanhas que fortaleçam as políticas intersetoriais de enfrentamento ao machismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e racismo;	SEMDH CEDM CEPIR	SECOM SEE
Garantir nas escolas a implementação do Decreto Estadual 32.159/11 na efetivação da inclusão do nome social e da identidade de gênero;	SEE	SEMDH CEDM
Implementar as orientações da Política de Acessibilidade nas construções dos espaços educacionais;	SEE	SEDH SEMDH CEDM
Gerar oportunidades de permanência no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, população negra, LBTs, através do monitoramento da evasão, do abandono e da repetência e da realização de pesquisas.	SEE	SEMDH CEDM CEPIR

Eixos III – Saúde integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Segundo o Instituto Brasileiro Geográfico e de Estatística- IBGE, a Paraíba é um dos estados brasileiros com o maior número de mulheres em proporção ao número de homens. A composição da população por sexo foi de 51,3% de mulheres e 48,7% de homens. (IBGE, 2012).

Este demonstrativo nos faz pensar/refletir que as mulheres fazem parte de um grupo que mais se cuida e se preserva de um modo geral, não que nasçam mais homens que mulheres. No entanto, ainda recai para a população de gênero feminino o descaso de alguns gestores que insistem na não aplicabilidade das políticas públicas de saúde voltadas para este seguimento causando sérias consequências, dentre elas, algumas irreversíveis.

A saúde da mulher com vista a Integralidade do Cuidado, ainda é um desafio no Brasil não sendo diferente na Paraíba. A Organização Mundial de Saúde – OMS preconiza que a saúde das mulheres é uma questão de saúde pública. Neste sentido, a ausência da efetivação dessas políticas corrobora em perdas irrecuperáveis sendo de fundamental importância a vontade dos gestores em cumprir com o seu papel tendo em vista um trabalho de Rede na lógica da intersetorialidade e cogestão. Apesar de todo um Cenário Brasileiro referente à saúde, o Estado da Paraíba com vista na saúde da mulher vem obtendo avanços consideráveis a exemplo de constar atualmente com 100% de cobertura da Atenção Básica, 94% de cobertura de Equipe de Saúde da Família - ESF, 263 Núcleos de Apoio da Saúde da Família - NASF (NASF 1, 2 e 3), segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde -CNES.

Além de constar com 80% dos municípios realizando testes rápido de HIV e Sífilis em gestantes, do aumento na quantidade de leitos nas maternidades estaduais, de mamógrafos, bem como de Hospitais e Maternidades que atendem a mulheres vítimas de violência sexual, aborto previsto por Lei com base nas Portarias, Decretos, Leis e Normas Técnicas do Ministério da Saúde, segundo dados da Secretária de Estado da Saúde da Paraíba - SES/PB. (CNES 2015)

Esse eixo constitui em um elemento estrutural e norteador de configurações e melhorias no atendimento as mulheres no Sistema Único de Saúde (SUS) na Paraíba, que visa a implantação, implementação e o fortalecimento das políticas públicas de saúde para as mulheres no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria do planejamento familiar, na atenção obstétrica, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual, seguindo as orientações e normas técnicas da PNSIM, bem como, a prevenção e o tratamento de mulheres vivendo com HIV/AIDS e as portadoras de doenças crônicas não transmissíveis, do câncer de mama e ginecológico.

Todas as ações que seguem a baixo foram pensadas e elaboradas, tendo como base a Política Nacional de Saúde Integral das Mulheres - PNSIM, a qual valoriza o enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores, porque gestar o cuidado em saúde é estar em contato com a valorização da autonomia dos sujeitos com base no respeito do seu protagonismo e sua especificidade.

Objetivo Geral

- Garantir atendimento à saúde a qualidade de vida e prevenção às doenças para as mulheres paraibanas em todas suas especificidades.

Objetivos Específicos

- Promover a efetivação dos normativos e leis referente à saúde integral da mulher com vistas nos direitos sexuais e reprodutivos;
- Proporcionar atendimento à saúde humanizado, eficiente e qualificado as mulheres paraibanas, promovendo a integração de todas suas especificidades.

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
Implantar e implementar a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher no âmbito estadual, contemplando a diversidade das mulheres.	SES	SEMDH CEDM CTSPN
Garantir a execução da Lei 12.845/13 que determina o atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência sexual, incluindo a interrupção da gravidez e todas as profilaxias, qualificando e sensibilizando as/os profissionais de saúde do serviço público.	SES	SEMDH CEFOP CEDM
Interiorizar e ampliar os serviços de aborto legal em no mínimo um serviço de atendimento para cada regional de saúde do Estado;	SES	SEMDH CEDM
Realizar planejamento familiar e reprodutivo que contemple o acesso das mulheres e homens negras/os, quilombolas, indígenas e ciganas/os, de matriz africana, terreiros, pessoas em situação de prisão, profissionais do sexo, ampliando o acesso aos insumos e as atividades educativas respeitando as especificidades de cada segmento;	SES	SEMDH CEDM MOVIMENTO SOCIAL SEAP CTSPN CEPIR
Garantir a prevenção de câncer de mama e colo de útero com ampliação e garantia de exames cito patológicos e diagnóstico por imagem na atenção básica.	SES MUNICÍPIOS	SEMDH CEDM
Garantir o tratamento e reabilitação para mulheres acometidas por câncer de mama e de colo de útero em todos os níveis de complexidade do SUS.	SES	SEMDH CEDM
Instituir, como política pública, grupos terapêuticos de apoio às mulheres mastectomizadas como atribuição da atenção básica.	SES	SEMDH CEDM
Implantar e ampliar os serviços e leitos de internação no Estado para o tratamento das mulheres vivendo com HIV/AIDS.	SES	SEMDH CEDM
Estruturar a interiorização da rede obstétrica do Estado ampliando em 50% os leitos disponíveis em 2013.	SES	SEMDH CEDM
Ampliar em todo Estado a rede de cuidados para as mulheres que vivem com HIV/AIDS, com ênfase na saúde mental, garantindo o fluxo de atendimento;	SES	SEMDH CEDM
Garantir a ampliação da dispensação dos ARV (antirretrovirais) em todas as regionais de saúde.	SES	SEMDH CEDM
Garantir a aquisição da Aspiração Manual Intra-Uterina (AMIU) nas maternidades públicas, em toda a rede obstétrica, e a capacitação das/os profissionais de saúde para o uso desse procedimento.	SES	SEMDH CEDM
Ampliar os Centros de Referência de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Sexual e Doméstica no interior Estado;	SES	SEMDH CEDM
Garantir a implantação e monitoramento de equipes multiprofissionais de saúde penitenciária em todos os presídios do Estado, para atendimento nos presídios femininos;	SES SEAP	SEMDH CEDM
Organizar e humanizar a rede de atenção à Saúde Mental, ampliando o número de profissionais, com definição da grade de referência e contra-referência para atenção psiquiátrica e acompanhamento psicossocial das mulheres;	SES	SEMDH CEDM

Implantar a Central de Regulação de Leitos em Obstetrícia - “Central de Partos”;	SES CES CEPMMI	SEMDH CEDM
Garantir o atendimento integral às mulheres que chegam aos serviços de saúde em situação de abortamento, de acordo com previsto na Lei 12.845/13 com base na política de humanização do SUS;	SES	SEMDH CEDM
Garantir a qualidade do pré-natal, parto e puerpério na rede SUS, da referência e contra-referência, incluindo as parteiras e a atenção ao parto domiciliar na rede de assistência, bem como o acesso aos exames e insumos preconizados pelo Ministério da Saúde, a fim de prevenir a Mortalidade Materna;	SES CEPMMI	SEMDH CEDM
Implementar e fortalecer a política de saúde integral da população negra, com atenção ao cuidado à saúde da mulher em suas especificidades.	SES	SEMDH CEDM CEPIR CTSPN
Garantir o acesso, prevenção e tratamento às mulheres com HPV, respeitando o recorte geracional;	SES	SEMDH CEDM
Garantir ampla oferta de todos os métodos anticoncepcionais para a população feminina usuária do SUS, com atenção especial as adolescentes;	SES MUNICÍPIOS	SEMDH CEDM
Garantir capacitação das/os profissionais de saúde para o atendimento humanizado às mulheres no climatério;	SES	SEMDH CEDM
Implantar uma política mais ampla de atenção e recuperação das mulheres dependentes químicas para reabilitação e desintoxicação na rede SUS;	SES SEDH	SEMDH CEDM
Garantir a implementação da política de assistência farmacêutica em todo o Estado, com ampliação do acesso a medicações de alto custo;	SES	SEMDH CEDM
Ampliar o atendimento especializado de caráter complementar durante o pré-natal (fisioterapia obstétrica, acompanhamento nutricional, psicológico e odontológico);	SES MUNICÍPIOS	SEMDH CEDM
Garantir a prevenção à mortalidade materna, humanização do parto, respeitando os direitos reprodutivos e direitos sexuais;	SES CEPMMI	SEMDH CEDM
Divulgar as normas técnicas de Atenção e Enfrentamento aos Agravos Resultantes de Violência Sexual e Doméstica contra Mulheres e Adolescentes que garantem o aborto previsto em lei e a Atenção Humanizada ao Abortamento;	SES	SEMDH CEDM SECOM
Garantir o processo de organização e valorização das parteiras tradicionais, contemplando sua capacitação, participação enquanto estratégia de atenção ao parto humanizado e à diminuição da violência obstétrica,	SES COSEMS	SEMDH CEDM
Realizar amplas campanhas educativas com foco na saúde integral da mulher.	SES SECOM	SEMDH CEDM
Garantir a realização de campanhas que abordem a responsabilidade e a participação do homem na anticoncepção e no planejamento reprodutivo;	SES SECOM SEE	SEMDH CEDM
Realizar amplas campanhas educativas sobre doenças sexualmente transmissíveis, objetivando a prevenção e diminuição do preconceito	SES SECOM	SEMDH CEDM

social com pessoas que convivem com DSTs/HIV/AIDS;	SEE	
Fomentar estratégias intersetoriais para abordar as questões de violência, abuso de álcool e outras drogas para as mulheres em todas as fases da vida.	SES	SEMDH SEDH CEDM
Contemplar nas atividades de educação permanente para as/os profissionais de saúde os seguintes temas: violência contra a mulher, racismo, direitos sexuais e direitos reprodutivos, considerando as necessidades e especificidades étnico raciais, geracionais, de orientação sexual, identidade de gênero e mulheres com deficiência;	SES CEFOR	SEMDH CEDM
Garantir a educação permanente com ações de enfrentamento ao racismo, fobia LBT e todas as formas de discriminação as mulheres, incluindo a temática da ética e da laicidade do Estado, na formação profissional, com vistas à humanização do SUS;	SES CEFOR	SEMDH CEDM
Fortalecer capacitação das/os profissionais de saúde para a identificação e o manuseio clínico no atendimento às mulheres com doença falciforme;	SES	SEMDH CEDM CEPIR CTSPN
Qualificar as/os trabalhadoras/es de saúde para o diagnóstico precoce e tratamento das DSTs, HPV, Hepatites virais e HIV nos municípios do interior do Estado;	SES CEFOR	SEMDH CEDM
Realizar a avaliação periódica dos serviços de saúde com as usuárias e garantir a ampla divulgação dos resultados para a sociedade;	SES OUVIDORIA COSEMS	SEMDH CEDM
Qualificar as/os trabalhadoras/es da saúde para atuar dentro dos princípios de sigilo e privacidade, visando um atendimento humanizado;	SES	SEMDH CEDM
Qualificar 100% dos polos básicos para atenção integral à saúde da mulher indígena;	SES SESAI	SEMDH CEDM
Capacitar operadoras/es de segurança pública/agentes penitenciários para o atendimento humanizado em visita aos presídios feita por mulheres, de forma a coibir a vitimização de mulheres;	SEAP	SEMDH CEDM
Assegurar espaços de participação do Movimento Organizado de Mulheres e Feministas, nas discussões de estratégias de qualificação da/os profissionais de saúde adotada pelas Secretarias de Saúde e Ministério da Saúde, no tocante às questões relativas à Saúde da Mulher com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, racismo e violência;	SES CES CEPMMI	SEMDH CEDM
Implementar e fortalecer os Comitês Regionais de Prevenção e Estudo de Óbitos Materno nas 16 Regionais de Saúde;	SES CEPMMI	SEMDH CEDM
Definir mecanismos de monitoramento e avaliação da política de Saúde da Mulher com a participação do Movimento de Mulheres e Feministas garantindo ampla divulgação para a sociedade;	SES	SECOM SEMDH CEDM
Implantar e implementar a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher no âmbito estadual, contemplando a diversidade das mulheres.	SES	SEMDH CEDM CTSPN
Garantir a execução da Lei 12.845/13 que determina o atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência sexual, incluindo a interrupção da gravidez e todas as profilaxias, qualificando e sensibilizando as/os profissionais de saúde do serviço público.	SES	SEMDH CEFOR CEDM

Interiorizar e ampliar os serviços de aborto legal em no mínimo um serviço de atendimento para cada regional de saúde do Estado;	SES	SEMDH CEDM
Realizar planejamento familiar e reprodutivo que contemple o acesso das mulheres e homens negras/os, quilombolas, indígenas e ciganas/os, de matriz africana, terreiros, pessoas em situação de prisão, profissionais do sexo, ampliando o acesso aos insumos e as atividades educativas respeitando as especificidades de cada segmento;	SES	SEMDH CEDM MOVIMENTO SOCIAL SEAP CTSPN CEPIR
Garantir a prevenção de câncer de mama e colo de útero com ampliação e garantia de exames cito patológicos e diagnóstico por imagem na atenção básica.	SES MUNICÍPIOS	SEMDH CEDM
Garantir o tratamento e reabilitação para mulheres acometidas por câncer de mama e de colo de útero em todos os níveis de complexidade do SUS.	SES	SEMDH CEDM
Instituir, como política pública, grupos terapêuticos de apoio às mulheres mastectomizadas como atribuição da atenção básica.	SES	SEMDH CEDM
Implantar e ampliar os serviços e leitos de internação no Estado para o tratamento das mulheres vivendo com HIV/AIDS.	SES	SEMDH CEDM
Estruturar a interiorização da rede obstétrica do Estado ampliando em 50% os leitos disponíveis em 2013.	SES	SEMDH CEDM
Ampliar em todo Estado a rede de cuidados para as mulheres que vivem com HIV/AIDS, com ênfase na saúde mental, garantindo o fluxo de atendimento;	SES	SEMDH CEDM
Garantir a ampliação da dispensação dos ARV (antirretrovirais) em todas as regionais de saúde.	SES	SEMDH CEDM
Garantir a aquisição da Aspiração Manual Intra-Uterina (AMIU) nas maternidades públicas, em toda a rede obstétrica, e a capacitação das/os profissionais de saúde para o uso desse procedimento.	SES	SEMDH CEDM
Ampliar os Centros de Referência de Atenção as Mulheres em Situação de Violência Sexual e Doméstica no interior Estado;	SES	SEMDH CEDM
Garantir a implantação e monitoramento de equipes multiprofissionais de saúde penitenciária em todos os presídios do Estado, para atendimento nos presídios femininos;	SES SEAP	SEMDH CEDM
Organizar e humanizar a rede de atenção à Saúde Mental, ampliando o número de profissionais, com definição da grade de referência e contra-referência para atenção psiquiátrica e acompanhamento psicossocial das mulheres;	SES	SEMDH CEDM
Implantar a Central de Regulação de Leitos em Obstetrícia - “Central de Partos”;	SES CES CEPMMI	SEMDH CEDM
Garantir o atendimento integral às mulheres que chegam aos serviços de saúde em situação de abortamento, de acordo com previsto na Lei 12.845/13 com base na política de humanização do SUS;	SES	SEMDH CEDM
Garantir a qualidade do pré-natal, parto e puerpério na rede SUS, da referência e contra-referência, incluindo as parteiras e a atenção ao parto domiciliar na rede de assistência, bem como o acesso aos exames e insumos preconizados pelo Ministério da Saúde, a fim de prevenir a Mortalidade Materna;	SES CEPMMI	SEMDH CEDM

Implementar e fortalecer a política de saúde integral da população negra, com atenção ao cuidado à saúde da mulher em suas especificidades.	SES	SEMDH CEDM CEPIR CTSPN
Garantir o acesso, prevenção e tratamento às mulheres com HPV, respeitando o recorte geracional;	SES	SEMDH CEDM
Garantir ampla oferta de todos os métodos anticoncepcionais para a população feminina usuária do SUS, com atenção especial as adolescentes;	SES MUNICÍPIOS	SEMDH CEDM
Garantir capacitação das/os profissionais de saúde para o atendimento humanizado às mulheres no climatério;	SES	SEMDH CEDM
Implantar uma política mais ampla de atenção e recuperação das mulheres dependentes químicas para reabilitação e desintoxicação na rede SUS;	SES SEDH	SEMDH CEDM
Garantir a implementação da política de assistência farmacêutica em todo o Estado, com ampliação do acesso a medicações de alto custo;	SES	SEMDH CEDM
Ampliar o atendimento especializado de caráter complementar durante o pré-natal (fisioterapia obstétrica, acompanhamento nutricional, psicológico e odontológico);	SES MUNICÍPIOS	SEMDH CEDM
Garantir a prevenção à mortalidade materna, humanização do parto, respeitando os direitos reprodutivos e direitos sexuais;	SES CEPMMI	SEMDH CEDM
Divulgar as normas técnicas de Atenção e Enfrentamento aos Agravos Resultantes de Violência Sexual e Doméstica contra Mulheres e Adolescentes que garantem o aborto previsto em lei e a Atenção Humanizada ao Abortamento;	SES	SEMDH CEDM SECOM
Garantir o processo de organização e valorização das parteiras tradicionais, contemplando sua capacitação, participação enquanto estratégia de atenção ao parto humanizado e à diminuição da violência obstétrica,	SES COSEMS	SEMDH CEDM
Realizar amplas campanhas educativas com foco na saúde integral da mulher.	SES SECOM	SEMDH CEDM
Garantir a realização de campanhas que abordem a responsabilidade e a participação do homem na anticoncepção e no planejamento reprodutivo;	SES SECOM SEE	SEMDH CEDM
Realizar amplas campanhas educativas sobre doenças sexualmente transmissíveis, objetivando a prevenção e diminuição do preconceito social com pessoas que convivem com DSTs/HIV/AIDS;	SES SECOM SEE	SEMDH CEDM
Fomentar estratégias intersetoriais para abordar as questões de violência, abuso de álcool e outras drogas para as mulheres em todas as fases da vida.	SES	SEMDH SEDH CEDM
Contemplar nas atividades de educação permanente para as/os profissionais de saúde os seguintes temas: violência contra a mulher, racismo, direitos sexuais e direitos reprodutivos, considerando as necessidades e especificidades étnico raciais, geracionais, de orientação sexual, identidade de gênero e mulheres com deficiência;	SES CEFOR	SEMDH CEDM
Garantir a educação permanente com ações de enfrentamento ao racismo, fobia LBT e todas as formas de discriminação as mulheres,	SES CEFOR	SEMDH CEDM

incluindo a temática da ética e da laicidade do Estado, na formação profissional, com vistas à humanização do SUS;		
Fortalecer capacitação das/os profissionais de saúde para a identificação e o manuseio clínico no atendimento às mulheres com doença falciforme;	SES	SEMDH CEDM CEPIR CTSPN
Qualificar as/os trabalhadoras/es de saúde para o diagnóstico precoce e tratamento das DSTs, HPV, Hepatites virais e HIV nos municípios do interior do Estado;	SES CEFOP	SEMDH CEDM
Realizar a avaliação periódica dos serviços de saúde com as usuárias e garantir a ampla divulgação dos resultados para a sociedade;	SES OUVIDORIA COSEMS	SEMDH CEDM
Qualificar as/os trabalhadoras/es da saúde para atuar dentro dos princípios de sigilo e privacidade, visando um atendimento humanizado;	SES	SEMDH CEDM
Qualificar 100% dos polos básicos para atenção integral à saúde da mulher indígena;	SES SESAI	SEMDH CEDM
Capacitar operadoras/es de segurança pública/agentes penitenciários para o atendimento humanizado em visita aos presídios feita por mulheres, de forma a coibir a vitimização de mulheres;	SEAP	SEMDH CEDM
Assegurar espaços de participação do Movimento Organizado de Mulheres e Feministas, nas discussões de estratégias de qualificação da/os profissionais de saúde adotada pelas Secretarias de Saúde e Ministério da Saúde, no tocante às questões relativas à Saúde da Mulher com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, racismo e violência;	SES CES CEPMMI	SEMDH CEDM
Implementar e fortalecer os Comitês Regionais de Prevenção e Estudo de Óbitos Materno nas 16 Regionais de Saúde;	SES CEPMMI	SEMDH CEDM
Definir mecanismos de monitoramento e avaliação da política de Saúde da Mulher com a participação do Movimento de Mulheres e Feministas garantindo ampla divulgação para a sociedade;	SES	SECOM SEMDH CEDM

Eixo IV - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as Mulheres

Uma das graves violações dos direitos humanos que afeta milhares de mulheres, no Brasil, é a violência. Os estudos sobre o fenômeno, há décadas, têm revelado a perversa realidade vivenciada pelas mulheres. O país ocupa a sétima posição na incidência de homicídios de mulheres, num ranking de 84 países

(WASELFIZ, 2012). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013), uma mulher brasileira é morta a cada hora e meia, vítima de violência. O número representa uma média de 5.664 mortes a cada ano. Enquanto os homens estão mais propensos a sofrer violência no âmbito público, as mulheres estão mais suscetíveis de sofrer violência dos parceiros íntimos, na própria casa.

O assassinato de mulheres, decorrente de violência doméstica ou outras questões de gênero tem sido denominado “feminicídio”, o que se configura como crime hediondo tendo em vista sua intencionalidade e sua vinculação com uma construção sócio histórica que legitima a subordinação das mulheres. É o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. O termo explicita que os crimes contra as mulheres não são aleatórios, pelo contrário, são engendrados no contexto de profundas relações de poder. Merece destacar que as desigualdades de gênero entrelaçadas e imbricadas com outros marcadores sociais de classe, raça, regionalidade potencializam a configuração da violência.

Historicamente, a violência contra mulheres foi considerada como modalidade de crime considerada de “foro interpessoal”, “intersubjetivo”, estanque do espaço político. O movimento feminista configurou-se como protagonista na publicização da violência no Brasil na década de 1970, subvertendo a dicotomia público-privado, pautando a violência contra as mulheres como um problema político, de saúde pública, e consequentemente, reivindicando a implantação de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

No Estado da Paraíba, nos últimos anos o governo tem desenvolvido políticas públicas na perspectiva da igualdade de gênero, raça e orientação sexual, objetivando modificar as relações de poder e o acesso aos direitos em sua dimensão social e política, visando combater a discriminação e ampliando a cidadania das mulheres. Neste cenário, ressalta-se a SEMDH, implantada em 2010 pelo governador Ricardo Coutinho como desdobramento da atuação de setores organizados de mulheres na Paraíba. Tem se constituído como um marco no combate às desigualdades de gênero no Estado e na estruturação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Em parceria com as demais Secretarias de Governo e com a SPM tem dinamizado programas e ações de prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres paraibanas.

O governo evidencia que a implantação de políticas públicas constitui campo estratégico para a ampliação da democracia, mudança de mentalidades de mulheres e homens, a redução das assimetrias de gênero e o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

Objetivo Geral

- Enfrentar de forma direta e indireta as violências contra as mulheres, proporcionando uma cultura de paz.

Objetivos Específicos

- Garantir a ampliação da Rede de serviços e Atendimento às mulheres vítimas de violência de forma qualificada e humanizada; Promover através de Políticas Públicas intersetorializadas a qualidade de vida e erradicação da violência contra as mulheres.

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
-------	-------------------	-----------

Qualificar as DEAMs, com atendimento 24 horas, nos finais de semana e feriados, garantindo a ampliação da equipe multiprofissional.	SEDS	SEMDH CEDM
Criar 04 novas DEAMs garantindo a abrangência regional.	SEAP SEDS	SEMDH CEDM
Qualificar as equipes das delegacias distritais para o atendimento às mulheres em situação de violência, visando o cumprimento da Lei Maria da Penha.	SEMDH SEDS CEDM	MP
Divulgar os serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual para a população paraibana.	SES SECOM	SEMDH CEDM
Ampliar e fortalecer as redes locais, garantindo o fluxo estadual de atendimento às mulheres em situação de violência.	SES SEMDH CEDM	SEDH REAMCAV
Promover ações de qualificação profissional, empreendedorismo e de economia solidária e feminista, para as mulheres atendidas na rede de atenção às mulheres vítimas de violência.	SEMDH CEDM SETDE SEDH	EMPREENDER – PB REAMCAV
Estimular a criação de Centros de Referências da Mulher regionais e municipais através de consórcios.	SEMDH CEDM PREFEITURAS	REAMCAV
Garantir a política de acessibilidade nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência;	SES SEMDH CEDM SEDS	SEDH MP
Estabelecer parcerias técnicas entre os serviços de saúde e a polícia científica para atendimento às mulheres em situação de violência sexual e realização dos exames de corpo de delito, favorecendo o encaminhamento destas aos serviços de proteção às mulheres vítimas de violência;	SES SEMDH CEDM SEAP	REAMCAV
Garantir a realização dos exames de corpo de delito por profissionais do sexo feminino nos casos de violência contra a mulher e sexual.	SES IML GEMOL	SEMDH CEDM SEAP
Estimular a criação de uma política de ressignificação das relações de gênero dirigida aos homens agressores no âmbito do poder judiciário.	MP	SEMDH CEDM SEAP
Estruturar uma política estadual de enfrentamento ao tráfico e exploração sexual de mulheres, baseada na política nacional.	MP SEAP	SEMDH CEDM
Garantir a dotação orçamentária para as ações de erradicação à violência contra as mulheres em todos os setores da administração pública, com transparência e visibilidade.	SEPLAG AL	SEMDH CEDM SEPLAG

Eixo V – Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

É impossível refletir o fortalecimento da participação das mulheres em espaços de poder e decisão sem ter em vista a relação desigual de poder que é construída e reforçada social, cultural, política e economicamente em nossa sociedade criando relações de poder assimétricas e hierarquicamente ordenadas.

Garantir uma relação de poder igualitária entre mulheres e homens é mais que um compromisso de Estado, precisa ser uma responsabilidade de todas/os, rompendo com a norma sexista, machista, androcêntrica e heteronormativa, que ainda permeia não só as relações pessoais, mas principalmente as sociais, culturais, políticas e econômicas, e reforçam os estereótipos depreciativos das mulheres, minam sua autoestima e desestimula sua participação em todos os espaços. É imprescindível romper com a cultura de que o espaço privado e doméstico é de cunho feminino assim como o público é para o masculino, e estas deve ser ações cotidianas.

Vale ressaltar que a luta das mulheres para garantir seus direitos, sejam eles político, social, e econômico, é histórica. No Brasil, conquistaram o direito ao estudo e, há mais de 80 anos, as mulheres conseguiram o direito ao voto e hoje representam a maioria no colégio eleitoral (51,89%). Em 1930, contribuíram para a Consolidação das Leis do Trabalho, assim como década de 80, após reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas, o governo passou a reconhecer as desigualdades de gênero na sociedade, o que favoreceu a criação de instrumentos institucionais de políticas públicas para as mulheres, como delegacias especializadas, casas abrigos e atenção à saúde.

Apesar das conquistas, muitos são os desafios como, por exemplo, a baixa representação políticas das mulheres nos espaços de poder e decisão. Dados do último Censo do IBGE apontam que na Câmara Federal são 513 deputados eleitos e apenas 45 mulheres (8,7%). No Estado da Paraíba dos 36 deputados, apenas quatro são mulheres e na Câmara de Vereadores de João Pessoa, dos 21 vereadores, somente duas são mulheres.

Em 2012, na última eleição municipal, os dados registraram que as mulheres ainda não atingiram 10% de representação. Dentre as 26 capitais, apenas duas mulheres administram prefeituras. A situação de desigualdade, no que se refere à ocupação de espaços de poder, se revela também em sindicatos, partidos políticos, associações, cooperativas, empresas, mesmo quando as mulheres tem participação ativa.

A ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão é um dos principais desafios na consolidação de uma sociedade democrática com igualdade e respeito entre mulheres e homens, para isso, é fundamental a presença das mulheres em postos de direção, espaços de poder e de decisão nos municípios, câmeras de vereadores e deputados, construção de organismos executivos de políticas para as mulheres, nos espaços de controle social das políticas públicas, no parlamento, nos partidos políticos, nos movimentos sociais, no meio acadêmico e no acesso às profissões tidas como masculinas, acabam ampliando o horizonte de participação e atuação política das mulheres além de imprimir uma nova configuração para a ocupação e construção destes espaços com igualdade e justiça social.

Objetivo Geral

- Estimular a ampliação da participação de mulheres nos partidos políticos e nos cargos de liderança de poder e de decisão como partidos políticos, academias, movimentos sociais, sindicatos, conselhos de naturezas diversas, associações entre outros que promovam a autonomia das mulheres.

Objetivos Específicos

- Incentivar a agenda de qualificação permanente para mulheres que impulse, promova e qualifique sua participação e atuação política, social, cultural e econômica;
- Promover a criação e institucionalização de organismos de políticas para as mulheres nos municípios, com o papel de articular, elaborar, implementar e monitorar as políticas de mulheres;

Ação	Órgão	Parceria
------	-------	----------

	Responsável	
Ampliar a participação das mulheres nos cargos de poder e decisão do 1º e 2º escalão, com paridade nos poderes Executivo e Legislativo;	Casa Civil AL	SEMDH CEDM SEAD PGE
Realizar seminários estadual sobre reforma política, em parceria com os movimentos sociais;	SEMDH CEDM	MOVIMENTOS SOCIAIS
Criar um fórum permanente para discussão da participação das mulheres nos espaços de poder;	SEMDH	CEDM
Ampliar dentro das peças orçamentárias (LOA, LDO e PPA) recursos para execução da política de equidade de gênero;	SEMDH CEDM	SEPLAG AL
Destinar no mínimo 5% das campanhas de governo para disseminar as políticas públicas para as mulheres;	SECOM	SEMDH CEDM
Garantir política específica de inclusão digital para mulheres, respeitando o Decreto Federal 7.175/10 de forma a democratizar a tecnologia digital.	SEMACT	SEMDH CEDM
Criar mecanismos de cotas para as mulheres nos concursos públicos.	SEAD	SEMDH CEDM PGE
Criar planos de cargos e carreiras que garantam a participação das mulheres nos cargos de poder e a ascensão profissional das mulheres servidoras de carreira;	SEAD	SEMDH CEDM PGE
Produzir cartilhas sobre a história de mulheres de destaque na luta social, sindical e política;	SEMDH CEDM	SECOM IEFE
Fortalecer o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, com garantia de dotação e execução orçamentária, considerando a intersetorialidade;	SEMDH CEDM	SEPLAN
Estimular os municípios do Estado para a criação de Secretarias Municipais de Políticas para Mulher com dotação orçamentária própria e ampliação das equipes de trabalhos por meio de concursos públicos;	SEMDH CEDM	MUNICÍPIOS

Eixo VI - Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social

A 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres discute dentre outros aspectos, o fato de que o tipo de desenvolvimento capitalista-progressista que está em vigência, não considera as necessidades humanas, à medida que não implementa políticas públicas voltadas as minorias, discriminando as mulheres

como protagonistas, como sujeitos sociais específicos, com necessidades, interesses, contribuições, aspirações e problemáticas próprias.

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
-------	-------------------	-----------

Dessa forma traz importantes reflexões sobre o que seria o desenvolvimento adequado na perspectiva de manutenção da vida para as presentes e futuras gerações: o desenvolvimento sustentável.

Ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável, constituem o triple do desenvolvimento sustentável, e é impossível concebê-lo retirando uma dessas prerrogativas. No socialmente justo engajam-se as lutas em prol de uma sociedade com equidade e empoderamento das mulheres do campo e da cidade, assumindo que as necessidades são distintas das dos homens e prioritárias no sentido de eliminação da forte opressão sofrida pela condição da famigerada fragilidade ditada historicamente ao gênero feminino.

No que tange as mulheres do campo salienta-se a importância das agricultoras na preservação das habilidades necessárias aos diferentes tipos de cultivo da alimentação básica, a criação de diversas espécies de animais de pequeno porte, bem como o manejo do gado leiteiro no espaço da agricultura familiar ou comunitária. São as mulheres do campo as detentoras das habilidades necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local voltado à sustentabilidade, que só acontecerá se forem dadas as devidas garantias para a manutenção dessas mulheres no campo.

Diante disso, é necessário promover e incentivar a participação das mulheres nas lutas pela promoção do desenvolvimento sustentável, para que elas mesmas possam conceituar o que é meio ambiente e o que é justo e equitativo a partir de suas demandas e necessidades.

Objetivo Geral

- Promover o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres do campo e da cidade, garantindo sua plena participação em todos os espaços, empoderando-as de ações que garantam condições de qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Objetivos Específicos

- Priorização nas linhas de crédito dos programas governamentais a projetos voltados ao desenvolvimento local sustentável no campo e na cidade que tenham mulheres como responsáveis, ou que envolvam diretamente estas.
- Garantir nas construções habitacionais tecnologias ambientalmente corretas;
- Fomentar mecanismos constantes de participação das mulheres nos diversos espaços públicos, ouvindo suas necessidades e demandas, para diluir as fortes desigualdades, principalmente no espaço do campo.

Garantir incentivos, através de custeios à construção de mini fábricas de beneficiamento sob a coordenação de mulheres, para extração de polpa de frutas em comunidades tradicionais e assentamentos rurais, numa perspectiva de valorização da realidade local;	SEDAP	SEMDH CEDM SETDE
Garantir as condições no que se refere à infraestrutura, formação, assistência técnica, extensão rural e financiamento, para que as mulheres agricultoras sejam um percentual mínimo de 30% das fornecedoras do PAA e PNAE, com destaque para a agroecologia e áreas de assentamentos;	SEMDH CEDM SEDAP	SETDE SEFIN
Desenvolver um programa específico de financiamento para infraestrutura (barco, rede, apetrecho de pesca), voltado para as comunidades ribeirinhas, marisqueiras e pescadoras;	SETDE SETDE	SEMDH CEDM PBTUR
Promover ações de incentivos a coleta seletiva, reciclagem de resíduos sólidos, visando à geração de renda para mulheres artesãs, agricultoras e catadoras;	SEMDH CEDM SEMATC	SETDE PBTUR
Promover e fortalecer atividades econômicas desenvolvidas por mulheres vinculadas à segurança alimentar;	SEDH SETDE PBTUR	SEMDH CEDM SEDAP
Incentivar a criação de usinas de compostagem, na perspectiva da agroecologia;	SEDAP	SEMDH CEDM
Desenvolver políticas de habitação, trabalhando os impactos ambientais e propondo condutas sustentáveis para: resíduos sólidos, esgotos, lençóis freáticos, solo, mangue e mar;	SEDH CEHAP	SEMDH CEDM
Ampliar a fiscalização de construções desordenadas em áreas vulneráveis (rios, mangues, floresta, morros), com rigor para coibir o desmatamento das áreas de preservação permanente de acordo com a Lei 12.651/12;	SEMATC SEDAP	SEMDH CEDM
Garantir por meio legal, que as construtoras e a gestão pública, recuperem a vegetação suprimida pela construção, através do replantio da área desmatada, aplicando a legislação existente;	SEMATC SEDAP	SEMDH CEDM

Eixo VII - Direito a terra com igualdade para as mulheres do Campo e Trabalhadoras Rurais

Construir possibilidades para as mulheres do campo acessarem a Terra para o cultivo e a produção de renda tendo em vista a autonomia política e econômica, é Direito, reconhecimento do princípio fundamental das sociedades democráticas, assim como pontua a resolução 52/127/Dezembro de 1997, quando se refere a aplicação e controle de tratados sobre os Direitos Humanos, como delinea a Comissão sobre a Condição da Mulher (CSW), instrumento internacional que tem entre os seus objetivos, a equidade de gênero. Para tanto no Brasil do início da década havia 15 milhões de mulheres que viviam no campo, privadas de acessos à cidadania, por falta de reconhecimento de sua condição de agricultora familiar, camponesa, e/ou trabalhadora rural, o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3 recomenda aos governos, a necessidade de ampliação das “estratégias de desenvolvimento local e territorial”, para o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, como cooperativas e grupos de mulheres, considerando que o “direito humano ao meio ambiente e as cidades sustentáveis, bem como o fomento e a pesquisa, como o uso de tecnologias socialmente inclusivas, também para as mulheres, constituem pilares para um modelo de crescimento sustentável.” (PNDH3/PR, 2010, pg. 17-18).

Nesta perspectiva da luta pela terra, coordenado pelos movimentos sociais, pelo direito à terra, ampliou e fortaleceu seus horizontes e bandeiras, a partir dos anos 80, com a atuação das mulheres e ganhou ânimo, sendo ação política, através da auto-organização, em grupos de movimentos mistos e individuais - só de mulheres, trazendo em suas bandeiras de luta, a afirmação como mulheres produtoras rurais, detentoras de todos os direitos políticos, questionando a relação de poder enfrentadas pelas mulheres neste campo, e ainda são apresentadas em grandes e diversas mobilizações a exemplo; da Marcha das Margaridas, assim como expõe (BUTTO, 2011), como também as conferências que construíram e constroem a cada etapa, regulamentos e documentos para a formulação de políticas públicas para as mulheres rurais.

Neste sentido, deve ser assegurado às mulheres, do mesmo modo que é dado aos homens, o acesso à renda, direito à documentação, a titulação da propriedade da terra, inclusive como representante familiar, como o reconhecimento de que a família não é sempre uma unidade homogênea, a mesma sofre conflitos de interesses de gênero, marcadas por relações de poder desigual entre mulheres e homens.

Na Paraíba conforme última pesquisa demográfica, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), divulgou que a população total era de 3.766.528 habitantes, sendo 48,5% de homens e 51,5% mulheres; deste total a zona rural era composta por 927.850 habitantes; 51% homens e 49% mulheres, distribuídos nos 223 municípios. De acordo com a pesquisa, o percentual de mulheres é menor, do que a população masculina. São dados oficiais, contudo, não corresponde com a realidade no que se refere a população de mulheres rurais. A pesquisa evidenciou a subnotificação do público feminino, demonstrando uma questão admitida também em âmbito nacional, um número significativo de mulheres, sem documentação, sem identificação e portanto inexistentes.

Continua sendo pauta de luta das mulheres do campo e trabalhadoras rurais o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres rurais, da participação política e controle social, assim como, a defesa da agroecologia como modelo de desenvolvimento e de inclusão, da autonomia, auto-organização das mulheres e a construção de um mundo igualitário. Sendo prioridade, o incentivo de programas de convivência com o semiárido, crédito rural e financiamento para as mulheres rurais como efetivação de uma política equitativa com promoção de assistência técnica com assessoria específica de e para as mulheres, e quando mista, que reconheça e valorize o papel da mulher na agricultura familiar, da contabilização econômica do trabalho produtivo e reprodutivo, do acesso a mercados abertos e mercados institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no fortalecimento da participação das mulheres rurais nos espaços de participação política e controle social, também a efetivação de políticas de enfrentamento à violência, sofrido pelas mulheres do campo, garantido a efetivação e aplicação da Lei Maria da Penha.

Objetivo Geral

- Promover e incentivar a vivência da cidadania plena de mulheres do campo e trabalhadoras rurais;

Objetivo Específico

- Incentivar o desenvolvimento e efetivação das Políticas Públicas que visem garantir os direitos das mulheres do campo e trabalhadoras rurais;

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
Garantir investimentos em programas de habitação de interesse social, para famílias com renda de zero a três salários mínimos, prioritariamente para mulheres vítimas de violência, vivendo com HIV/AIDS, pessoas com deficiência, desempregadas ou em situação de vulnerabilidade, viabilizando a moradia digna, inclusive financiamento da casa própria e a posse da terra urbana e rural, priorizando a titularidade da habitação em nome das mulheres;	CEHAP SEDH	SEMDH CEDM
Ampliar o acesso à moradia sem exigência da comprovação de renda fixa, de modo especial às mulheres que assumem a família;	CEHAP SEDH	SEMDH CEDM
Garantir a efetivação das ações do PAC I, para promover o saneamento básico e o direito à moradia em ambientes saudáveis e seguros;	SUPLAN	SEMDH CEDM
Viabilizar estudo e estruturar projetos de subsídios a moradias populares e novos projetos habitacionais, que garantam à ampliação e preservação de áreas verdes, com sistema de energia limpa, acesso à água e ao tratamento, no campo e na cidade, Programa de Aceleração e Crescimento – PAC I e II;	CEAP	SEDH UEPB SEMDH CEDM
Implantar programa que garanta as iniciativas produtivas de comercialização baseada na agroecologia e nos princípios da economia solidária e feminista.	SEDAP	SEMDH CEDM
Incentivar a isenção de impostos para regularização das associações e cooperativas de mulheres;	SEFIN	SEDAP SEMDH CEDM

Eixo VIII – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia

A cultura de um povo é a sua identidade. Garantida, na legislação brasileira, como um direito básico das pessoas a cultura é influenciada por vários fatores, podendo ser reconstruída e/ou redimensionada a partir de mecanismo adaptativo e da capacidade de intervenção das pessoas, em construir novas maneiras de

pensar e agir frente aos acontecimentos. De caráter complexo, numa rede de significados, a cultura se materializa na vivência simbólica, pessoal e coletiva, expressa no fazer cotidiano, através dos costumes, crenças, valores, tecnologias, hábitos, idiomas, leis, moral, culinária, modo de vestir e linguagens artísticas. A cultura nordestina, ao longo de sua construção histórica, tem retratado as mulheres tendo como base as desigualdades de gênero, prevalecendo a ideia do “cabra macho, sim senhor”, em detrimento de uma mulher “ajudadora”, seja na cidade ou no campo, muitas vezes vinculadas a uma imagem sofredora, de muita fé, forte, com capacidade de “aguentar” as dificuldades da vida, procriar muitos filhos e satisfazer aos desejos do “seu marido”. Visão ancorada nos resíduos da escravidão e do poder colonialista vivido e presente fortemente no nordeste brasileiro.

A influência da globalização, da internet e da mídia tem um papel importante na difusão cultural e na transmissão de conhecimentos, seja na manutenção ou desconstrução de mentalidades, de forma a permanecer ou de provocar rompimentos, frente aos comportamentos de submissão e domínio das mulheres. Muitas situações são vivenciadas pelas mulheres, onde seu corpo, sua sexualidade e sua imagem é vinculada e veiculada como mercadoria a ser consumida e elemento para obter audiência, seja em jornais ou televisão.

Associado a esse campo, também se insere a questão do esporte e lazer, como aspecto inerente a vida sociocultural e que são referenciais para a qualidade de vida das pessoas, sua sociabilidade e exercício da cidadania plena. Reconhecidos como direitos sociais na Constituição Federal, o esporte e o lazer para as mulheres são direitos ainda distantes de serem garantidos no cotidiano. A visão machista ainda resiste em reconhecer a possibilidade efetiva de participação nos esportes, tido ainda como um espaço para os homens, principalmente naqueles que requer esforço ou que são tidos como esportes não apropriados para as mulheres. O lazer das mulheres tem, ainda, uma ligação estreita com o lazer da família, quase sempre associados aos filhos/os ou a atividades sociais cotidianas do espaço doméstico, ou ainda vinculadas à saúde, como remediador de complicações adquiridas, diferentemente dos homens, que se utilizam do espaço público a partir de escolhas de seu gosto e subjetividade e exercitam o esporte como reforço de sua força e poder.

Dada a sua importância, se faz necessário, que seja prestado um serviço de qualidade que garanta a pluralidade e o acesso a outras possibilidades, com atenção aos conteúdos simbólicos veiculados. Cabe ao Estado, reconhecer a importância desses conteúdos, para que sejam utilizados para a promoção da igualdade, no combate as discriminações de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual, identidades de gênero e região, com inclusão de ações, projetos, programas nos seus planos de ação de políticas para as mulheres, com metas definidas e prazos estabelecidos para uma mudança da realidade a que estão submetidas.

Espera-se que os avanços conquistados sejam ampliados e difundidos, num processo de interiorização de novas ideias, a ponto de reforçar uma visão de mulher livre de estereótipos de qualquer espécie, inserindo as mulheres como um elemento transformador da e na sociedade, com autonomia plena no exercício de seus direitos, um agente com vivacidade, presença e participação para a reconstrução de uma Paraíba - “mulher forte e de valor”.

Objetivo Geral

- Impulsionar a produção cultural do Estado com vistas ao enfrentamento das desigualdades de gênero.

Objetivos Específicos

- Estimular a produção cultural de mulheres, assim como participação em eventos esportivos, afim de promover uma vida mais saudável e plena para as paraibanas;

Ação	Órgão Responsável	Parceiros
Criar o Conselho Estadual de Comunicação Social de caráter deliberativo, com representação de mulheres e do movimento	SECOM	SEMDH CEDM

feminista, considerando os recortes de raça, etnia, orientação sexual e geracional;		Gabinete do Governador
Realizar ações junto aos meios de comunicação públicos, privados e estatais visando à ampliação dos espaços de expressão das mulheres e de todos os segmentos discriminados;	SEMDH	SECOM CEDM UNIVERSIDADES
Criar editais públicos para financiamento e apoio as produções autônomas de comunicadoras e artistas, garantindo o recorte de raça-etnia, geracional, diversidade sexual e pessoas com deficiência;	SECOM SECULT	SEMDH CEDM
Estimular a criação e a capacitação de núcleos jurídicos para garantir o direito de resposta ou mesmo processo judicial contra os veículos de comunicação responsáveis pela divulgação de imagens ou informações estigmatizadoras ou inverídicas contra mulheres, população negra, cigana, indígena, lésbicas, bissexuais, religiões de matriz africana e demais matrizes;	SEMDH	MOVIMENTOS SOCIAIS OAB CEDM SEDH
Ampliar as campanhas de enfrentamento à lesbofobia, transfobia, racismo, xenofobia, violência contra as mulheres, entre outros tipos de discriminação;	SECOM	SEMDH CEDM SEDH
Promover capacitação das/os assessores de comunicação e mídias sociais para a produção de conteúdo de promoção da equidade entre gênero, raça e etnia e o respeito à orientação sexual e a diversidade religiosa;	SECOM	SEMDH CEDM
Realizar capacitação das comunicadoras profissionais e populares para o exercício de uma comunicação igualitária, não-estereotipada e anti-machista;	SECOM	SEMDH CEDM
Promover treinamento de mídia para capacitar lideranças, mulheres empreendedoras, integrantes de organizações de mulheres e feministas para ocupação de espaços na mídia.	SEMDH CEDM	SECOM
Implementar política específica de inclusão digital, com acessibilidade, para as comunidades e povos tradicionais;	SEMACT	SEMDH CEDM SEDH
Realizar concursos públicos para cargos de jornalista, radialista (com diploma e registro de classes) nos veículos de comunicação públicos, com garantia de cotas para a diversidade de raça/etnia, geracional, sexual e pessoa com deficiência;	SEAD	SEMDH CEDM SECOM Jornal A União Rádio Tabajara
Estimular na mídia estatal a produção e difusão de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados, de teor sensacionalista que desrespeitem os direitos humanos das mulheres, da pessoa idosa, adolescentes e crianças, LBTs, pessoas com deficiência, população negra e comunidades tradicionais;	SECOM	SEMDH CEDM SEDH
Monitorar a produção e divulgação nos veículos estatais de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados ou sensacionalista que desrespeitem os direitos humanos de mulheres, pessoas idosas, adolescentes e crianças, LBTs, pessoas com deficiência, população negra e comunidades tradicionais;	SECOM	SEMDH CEDM SEDH Jornal A União Rádio Tabajara
Criar mecanismo institucional para regular as verbas do governo estadual, para que não sejam destinadas a programas, sites, blogs e	SECOM	SEMDH CEDM

peças publicitárias e contratação artístico/culturais que veiculem conteúdos de banalização a violência e desrespeito a imagem das mulheres, em sua diversidade e /ou violem os direitos humanos;		
Garantir na veiculação da publicidade oficial a diversidade, considerando critérios de equidade de gênero, étnico-raciais, geracional, da pessoa com deficiência e de orientação sexual;	SECOM	SEMDH CEDM
Promover nos veículos públicos e estatais de comunicação, campanhas de promoção da diversidade sexual, étnico-racial, de enfrentamento ao racismo e intolerância religiosa;	SECOM	SEMDH CEDM Jornal A União Rádio Tabajara
Possibilitar o diálogo entre a sociedade civil organizada, em especial, o movimento feminista e de mulheres e os Conselhos Gestores dos veículos de comunicação do Governo do Estado;	SECOM	SEMDH CEDM Jornal A União Rádio Tabajara
Ampliar a realização de campanhas que evidencie o potencial produtivo das mulheres;	SECOM	SEMDH CEDM Empreender/PB SECULT SEDAP
Incentivar a produção cultural das mulheres, publicando editais específicos que contemplem: oficinas, capacitação, mostras, publicações impressas, eventos, produções e intercâmbios culturais nacionais e internacionais;	SECULT	SEMDH CEDM
Promover o reconhecimento do trabalho artesanal produzido por mulheres da Paraíba de acordo com os termos da UNESCO para inclusão nos termos da constituição de patrimônio histórico da humanidade;	SETDE	SEMDH CEDM IPHAM
Promover capacitação no uso das novas tecnologias e incentivar a aquisição de equipamentos de acesso à banda larga, estimulando o uso de redes tecnológicas e produção conteúdos digitais interativos para as mulheres;	SEMACT	SEMDH CEDM
Fomentar a criação e disponibilização de redes e bases de dados geridas, colaborativamente, para redes de comunicação e cultura;	SEMACT	SECOM SECULT SEMDH CEDM
Digitalizar e disponibilizar de forma acessível documentos públicos, garantindo acessibilidade e a transparência pública;	SECOM	CODATA SEMDH CEDM
Capacitar e estimular mulheres com ênfase nas profissionais da educação para o uso de mídias e ferramentas digitais, com inclusão social;	SECOM	SEE SEMACT SEMDH CEDM
Promover o levantamento histórico da contribuição artístico-cultural feito por mulheres ao longo da história da Paraíba, do Brasil e do mundo, contribuindo para a o fortalecimento da formação de equidade de gênero e étnico racial para estas e as futuras gerações;	SECULT	CEDM SEE SEMDH
Ampliar a representação das mulheres dos movimentos culturais e sociais no Conselho Estadual de Cultura;	SECULT	SEMDH CEDM

Criar uma Gerencia Operativa de Comunicação e Cultura na Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana que garanta a implementação e o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais.	SEMDH CEDM	SEAD
Realizar seleções públicas de projetos formulados por mulheres para produção de conteúdos de audiovisual que promovam a equidade de gênero e equidade racial;	SECULT	SEMDH CEDM CEPIR SEJEL
Criar editais para cultura e arte voltada para mulheres jovens, idosas, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e mulheres com deficiência e com HIV/AIDS.	SECULT	SEMDH CEDM CEPIR SEJEL

Eixo IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

As diferenças entre os sexos, os gêneros, assim como as de raça e etnia, se originam de uma ordem ideológica, de caráter econômico, político, histórico e socioantropológicos que estabelecem um padrão aceitável social, histórica e politicamente de indivíduo, e vale ressaltar que este padrão provoca a exclusão de todas e todos que não pertencem a ele, neste sentido mulheres negras, indígenas, ciganas e lésbicas

encontram-se ainda mais expostas a diversas formas de violência dos diversos mecanismos de exclusão social. Vele ressaltar que na construção de políticas públicas, permanece sendo pouco consideradas, mesmo já sendo mais de cinquenta por cento da população brasileira, assim como da população paraibana.

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
-------	-------------------	-----------

O sexismo, o racismo e a heteronormatividade incidem de forma implacável sobre o significado do que é ser mulher, ser negra e ser lésbica. O racismo constrói uma postura hierárquica no qual ser negra significa ser inferior, estar subjugada em todas as suas capacidades e ser objeto sexual masculino. O sexismo por sua vez desqualifica a mulher, hierarquiza as relações de gênero, impõe a heteronormatividade como única forma do exercício da sexualidade e considera desviante e negativa o exercício das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, desqualificando estas relações. Assim, estimula a discriminação, autoriza o preconceito, promove a cultura do ódio e criminaliza, na prática as relações entre mulheres lésbicas, invisibilizando e negando esta identidade, além de estimular uma relação desigual de poder entre os sexos e gêneros.

Esta cultura de avesso ao diferente estimula à agressão, deixando o Estado da Paraíba à frente das estatísticas tanto da violência contra a mulher, quanto da morte da juventude negra, assim como da homofobia, vale ressaltar que a lesbofobia ainda é mais invisibilizada nestes índices.

A luta da sociedade civil organizada para garantir o direito destes segmentos da população tão excluídos, não é recente e já obteve diversos avanços, como a criminalização do racismo, políticas públicas de garantia dos direitos das mulheres, mecanismos de enfrentamento a discriminação por orientação sexual, e violência contra mulher, entre outros.

Mas, as melhorias das condições de vida destes grupos populacionais dependem do compromisso político do Estado, que vise assegurar o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, e a lesbofobia, uma vez que reforçam as desigualdades na sociedade. Assim como um compromisso que garanta a equidade efetiva de direitos entre mulheres e homens, independentes de sua raça, etnia, orientação sexual ou qualquer outra diferença.

É neste sentido que as ações deste 1º PEPM tentam reduzir as desigualdades, estimulando o respeito às diferenças e aos diferentes, garantido uma melhor qualidade de vida para as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais de todo o Estado da Paraíba.

Objetivo Geral

- Contribuir para a superação de todas as formas discriminação e de violência institucional, cultural, social e política, que atinge as mulheres em razão do racismo, sexismo, lesbofobia e de todas as formas de preconceito baseadas em gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero;

Objetivos Específicos

- Estimular a construção de políticas públicas e sociais mais igualitárias que visem desarraigar a cultura discriminatória, androcêntrica, sexista, machista, racista e lesbofóbica;
- Contribuir para o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia, estimulando a igualdade de direitos e a erradicação das desigualdades;

Estimular o acesso e permanência das mulheres negras, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertando turmas em horários diversificados e incluindo a contratação de cuidadoras para as/os filhas/os nas turmas que apresentarem a necessidade;	SEE	SEMDH CEDM CEPIR
Criar premiação de incentivo a iniciativas desenvolvidas por administrações municipais, escolas e sociedade civil que resultem no aumento da inserção e frequência de meninas, jovens e mulheres negras à educação básica;	SEMDH CEDM SEDH	SEA CEPIR MUNICIPIOS
Instituir o quesito raça/cor, identidade de gênero e de orientação sexual em todos os formulários e prontuários dos serviços públicos estaduais e nos sistemas de informação estadual, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);	CODATA	SEMDH CEPIR CEDM
Capacitar as/os profissionais que fazem o preenchimento de todos os formulários e prontuários dos serviços públicos estaduais e nos sistemas de informação estadual, de acordo com IBGE;	SEMDH CEDM CEPIR	CODATA CEPIR OAB
Garantir nos processos de formação continuada as temáticas de equidade de gênero, equidade étnico racial e orientação sexual para profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública;	SEE UNIVERSIDADES	SEMDH SES SEDH SESP CEPIR CEDM CTSPN
Fomentar o recorte étnico racial nas políticas de cotas da UEPB e Escolas Técnicas do Estado;	UEPB	SEMDH CEDM CEPIR
Qualificar e capacitar a Rede de atendimento às mulheres em situação de violência com prioridade nos hospitais e delegacias, dando ênfase as temáticas para o enfrentamento do racismo institucional;	SEMDH SES CEPIR CEDM CTSPN	REAMCAV OAB
Capacitar as/os operadores de direito e de segurança pública para a correta aplicação da legislação e o atendimento às vítimas de crimes raciais.	SESDS SEMDH CEPIR	OAB CEDM
Realizar campanhas de afirmação da identidade negra e enfrentamento ao racismo, a lesbofobia, contra o machismo e as desigualdades de gênero em todo estado da Paraíba;	SECOM SEMDH	CEPIR CEDM CTSPN
Criar a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Paraíba, com dotação orçamentária;	SEA	SEMDH CEDM CEPIR
Qualificar as ouvidorias para acolher denúncias de racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia no âmbito do serviço público;	SEMDH SESDS	CEPIR CEDM
Criar Delegacias Especializadas de Crimes Raciais na Paraíba;	SESDS	SEMDH CEDM CEPIR

Criar Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial na Paraíba;	SEMDH CEDM CEPIR	SEDH
Implementar o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) na gestão estadual;	SEMDH CEDM CEPIR	SEDH
Criar uma casa de apoio para acolher mulheres lésbicas, transexuais e bissexuais que foram expulsas de casa por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero;	SEMDH CEDM SESDS	SEDH
Fortalecer as ações de monitoramento da mídia para abordagens discriminatórias de gênero, raça/etnia, orientação sexual, religiões de matriz africana e afrobrasileiras;	SECOM SECULT	SEMDH CEPIR CEDM
Criar um selo de reconhecimento, com incentivo financeiro, para os municípios que desenvolvam ações, de acordo com o Plano Nacional de Direitos Humanos, que gerem mudanças de comportamento e valores, no âmbito da Educação, para o enfrentamento ao racismo, machismo, lesbo-bi-transfobia e na promoção da igualdade racial e equidade de gênero;	SEE SEMDH	CEDM CEPIR SECULT
Apoiar e estimular a realização de encontros, seminários e espaços para debates e discussões programática do enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e da promoção da equidade de gênero.	SEMDH CEDM CEPIR UEPB	SEDH SCO

Eixo X – Igualdade para as Mulheres Jovens, Idosas e Mulheres com Deficiência

Ao se pensar igualdade para todas as mulheres não se estar querendo homogeneizar as mulheres, pelo contrário, estar-se querendo garantir os mesmos direitos e qualidade de vida a todas, independentemente de suas especificidades, que neste tocante são as mulheres jovens, idosas e com deficiência. Que vem tendo

cada vez mais representatividade na sociedade brasileira. Vale ressaltar que esta é uma camada da população feminina que enfrenta diversos desafios que as particularizam.

As mulheres jovens, por exemplo, mesmo hoje representado um número maior do que há dez anos, não representa de fato uma maior participação na vida social, pois as políticas públicas não se adaptaram a esta realidade ao longo dos anos, estas mulheres jovens ainda são minoria no mercado de trabalho, nas universidades e empresas, não executam cargos de chefias, não há uma política de atendimento à saúde, educação, lazer e cultura que garanta sua especificidade, representam um maior número de gravidez, principalmente sem planejamento, o que destaca a pouca atuação das políticas de atendimento à saúde, assim como a construção social e cultural diferenciada para mulheres e homens, legando a mulher o papel de prevenção. Realidade não muito distante das mulheres idosas, que além de serem excluídas do mercado de trabalho, vivenciam uma jornada sobrecarregada de trabalho, sendo a provedora das famílias, não só de seus filha/os, mas também das/os netas/os, também tendo o papel de educadora desta nova prole, o que acaba inviabilizando a vivência de uma velhice mais tranquila. Além de não ser garantida uma atenção à saúde de qualidade, que leve em consideração suas especificidades e necessidades geracionais.

A realidade da mulher que vive com deficiência não é em nada diferenciada as que passam as jovens e idosas, visto que também há mulheres com deficiência que são jovens e idosas, e além de vivenciarem todas as dificuldades geracionais que isso representa, também enfrentam desafios maiores, como o preconceito e os estereótipos, que são relegados a esta população, sofrem histórias de exclusão e violências que limitam suas vidas, dificultando o acesso ao mercado de trabalho, à saúde, à educação e a vivência de uma vida justa e igualitária a todas as mulheres.

É inegável reconhecer que alguns avanços veem sendo traçado no tocante mulheres jovens, idosas e com deficiência, a sociedade civil vem se organizado e buscando a garantia de direitos desta população a aprovação dos Estatutos da Pessoa Idosa e da Juventude é um reflexo disso, assim como das portarias 835/12 e 793/12. Porém muito ainda há que se conquistar e promover a esta população, principalmente no que se refere à acessibilidade as políticas públicas, garantia de direitos e atenção as suas especificidades.

É neste sentido que o I PEPM da Paraíba vem atuando em suas ações, visando suprir as necessidades das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, que devem ser inseridas no processo democrático, na vida cotidiana, no trabalho, na educação, nos mais variados serviços e equipamentos públicos, visando à igualdade, nas quais todas as políticas e ações, precisam garantir segurança e autonomia, para que as mulheres com deficiência sejam inseridas em todas as esferas da vida pública e privada, sem serem alijadas de seus direitos e cidadania.

Objetivo Geral

- Garantir o acesso, atenção e permanência das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência as políticas, equipamentos e serviços públicos do Estado e dos Municípios.

Objetivo Específico

- Favorecer ações de promoção da autonomia das mulheres jovens, idosas e com deficiência, considerando suas especificidades e diversidades, com especial atenção ao que se refere à acessibilidade, acesso ao mercado de trabalho, formação, qualificação, educação especial e enfrentamento a todas as formas de violência;

Ações	Órgão Responsável	Parceiros
Implantar ações intersetoriais que promovam a autonomia das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, respeitando as suas especificidades;	SEMDH SEDH/FUNAD SETDE/ EMPREENDER MULHER -PB	CEDM SCO CEPIR SEJEL
Estimular o desenvolvimento e publicação de pesquisas e estudos sobre equidade de gênero para mulheres jovens, idosas e com deficiência;	UEPB	SEMDH CEDM CEPIR SEJEL SES UNIVERSIDADES FACULDADES
Fortalecer o acesso e a permanência das meninas e mulheres jovens na educação formal, em especial para as negras, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, lésbicas, com deficiência e adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, com horários acessíveis e metodologia diferenciada.	SEE	SEMDH CEDM CEPIR SEJEL
Garantir a formação e qualificação profissional, para as/os profissionais de saúde no atendimento qualificado e humanizado às mulheres jovens, idosas, mulheres com deficiência, em especial lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais;	SES SEMDH CEDM	SEE CEPIR SEJEL SES
Desenvolver ações específicas para a atenção à saúde das mulheres jovens, idosas, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e mulheres com deficiência e com HIV/AIDS;	SES SEDH FUNAD	SEMDH CEPIR CEDM CTSPN SEJEL SES
Facilitar a inserção das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, no mercado de trabalho e nas Universidades públicas e privadas.	SEDH SEE	SEMDH CEDM CEPIR SEJEL UNIVERSIDADES FACULDADES
Desenvolver campanhas educativas sobre saúde da mulher, tratando todas as especificidades, com especial atenção às mulheres de comunidades populares urbanas e áreas rurais.	SEMDH SECOM	SECULT CEDM CEPIR SEJEL
Garantir a alfabetização das mulheres idosas e fora da faixa etária, do campo e da cidade;	SEE SEDAP	SEMDH CEDM CEPIR SEJEL
Incentivar a adesão ao programa “Saberes da Terra”, através do Pró-jovem como forma de proporcionar formação às mulheres jovens do campo;	SEE SEDAP	SEMDH CEDM UNIVERSIDADES IEFES

Implementar políticas de prevenção a violência urbana com foco na juventude e nas mulheres.	SESDS	SEMDH CEDM CEPIR SEJEL SES
Criar projetos para financiamento de cooperativas e empreendimentos para mulheres jovens, idosas, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e mulheres com deficiência e com HIV/AIDS.	SEDAP SETDE/ EMPREENDER MULHER -PB	SEMDH CEDM CEPIR SEJEL SES
Criar programas permanentes de capacitação profissional para as mulheres do campo e da cidade, em situação de prisão, em especial para as mulheres jovens e idosas, as quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e com deficiência e com HIV/AIDS.	SEE SEDAP	SEMDH CEPIR CEDM SEJEL SES
Executar as ações previstas no Plano Juventude Viva de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, observando questões geracionais, de raça e equidade de gênero.	SEJEL SES SESDS	SEMDH CODATA CEPIR CEDM SEJEL
Estimular a inserção e a participação de mulheres jovens, idosas, com deficiência intelectual e transtornos mentais em projetos, programas e políticas do governo do Estado.	SEDH FUNAD	SEMDH CEDM SEJEL SES
Publicar e distribuir Estatuto da Juventude, Estatuto da Pessoa Idosa e Estatuto da Criança e do Adolescente em Escolas, entidades e espaços de atendimento a este público.	SEDH SEE	SEMDH CEDM SEJEL